

**DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: UMA ABORDAGEM
INTERDISCIPLINAR**

MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA CRUZ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO-
mariadaceica@yahoo.com.br

RESUMO

O trabalho aqui apresentado é uma parte do segundo capítulo da dissertação de mestrado da referida autora, intitulado como: Avaliação da atividade antifúngica de plantas medicinais do município Canindé do São Francisco- Sergipe”, o qual fora realizado em 2002 com o objetivo de analisar a atividade antifúngica de plantas utilizadas popularmente como medicinais nas micoses cutâneas e subcutâneas pela comunidade de Curituba-Canindé de São Francisco –SE, verificando a correlação existente entre o conhecimento popular e o científico. A pesquisa teve uma abordagem etnofarmacológica e para tanto utilizou as plantas medicinais como objeto de estudo considerando as informações coletadas dentro de uma determinada população culturalmente definida, procurando resgatar os conhecimentos empíricos inerentes a elas, repassados ao longo das gerações. Vê-se, que a cultura popular abordando conhecimentos e práticas de “cura” representa um elo significativo de comunicação entre a ciência e a comunidade. Em linhas gerais, buscou-se tecer reflexões sobre a questão do desenvolvimento e meio ambiente em uma abordagem interdisciplinar e a relação na ressignificação do conceito de saúde. Pretende-se que este artigo possibilite aos leitores uma reflexão sobre a temática proposta.

**1 DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: UMA ABORDAGEM
INTERDISCIPLINAR**

De acordo com Gonçalves (1996), "o conceito de Natureza foi criado e instituído pelos homens". Assim, as "concepções", os "valores" e as "percepções" atribuídos à Natureza externalizaram o Homem na relação do binômio Sociedade/Natureza.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

O processo de dominação racional da Natureza pelo homem disseminou-se e está presente em todas as esferas de ações da humanidade. A respeito desse processo, verifica-se que o homem, ao conhecer a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus, e de todos os outros corpos que os cercam, e reconhecendo todos os seus usos, tornou-se como que senhores e possuidores da Natureza (DESCARTES, 1996). A natureza que se pretendia dominar é produto de um conceito polissêmico que as culturas elaboraram. Na sociedade ocidental, os termos *physis* (grego) e *natura* (latino) possuíam significados diferentes e, conseqüentemente, sugeriam relações diferentes. A partir do método cartesiano, a cisão homem/natureza, corpo-espírito tornou-se predominante no mundo ocidental. Dois aspectos destacam-se no pensamento cartesiano: a racionalidade e o antropocentrismo.

De acordo com Keith (1988), a insistência em distinguir o humano do animal teve conseqüências importantes para as relações entre os homens. Afirma ainda que alguns homens eram vistos como animais úteis, a serem refreados, domesticados e tornados dóceis; outros daninhos e predadores, a serem eliminados. A comparação entre homens e animais não tinha como objetivo principal definir as diferenças entre ambos, mas visava propor um ideal de comportamento para os homens. As características que distinguiam os homens dos animais serviam também para distinguir os homens dos "semi-homens", ou dos "semi-animais", que rapidamente se tornavam identificáveis: os povos primitivos, seguindo-se das crianças, jovens, mulheres, analfabetos, pobres, loucos, mendigos, escravos. Assim, formou-se uma ideologia que legitimou a dominação do Homem sobre o próprio Homem. Para Acot (1990), distinguem-se os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais, no momento em que produzem seus meios de vida.

A natureza como valor de “uso” e de “troca”, considerada como motor de desenvolvimento e símbolo de progresso, engendrou estilos de desenvolvimento insustentáveis. Argumenta Viertler (1999) que a idéia de desenvolvimento sustentável não é um conceito de natureza científica mas antes uma condição desejada e idealizada de equilíbrios biossociais". Nesse contexto, os limites e os impasses originados na complexidade da interação Sociedade / Natureza exigem como premissa reflexões e

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

ações fundamentadas na ética da solidariedade. Para tanto, é essencial uma preocupação com as relações viáveis entre biosfera e tecnosfera e no comprometimento entre as gerações presentes e futuras.

Conforme os dados publicados pela Organização das Nações Unidas (ONU, apud BRASIL, 1997, p.73)

De cada três crianças, uma é subnutrida, 1,2 bilhão de pessoas não têm água potável, cerca de 3 milhões de crianças morrem anualmente de doenças evitáveis por imunização, 1 bilhão de adultos é analfabeto, mais de 100 milhões de crianças não freqüentam escolas, 140 espécies de plantas e animais são condenadas à extinção a cada dia, a população aumenta em 92 milhões de pessoas por ano; 88 milhões são de países pouco desenvolvidos, das sete maiores temperaturas anuais da terra, desde 1850, seis ocorreram após 1980, 17 milhões de hectares de florestas desapareceram por ano, há uma redução geral dos recursos pesqueiros do planeta, com o esgotamento de algumas espécies exploradas em excesso, ao ritmo do desmatamento atual, em 150 anos a floresta amazônica terá desaparecido.

Esses dados mostram que a separação imaginária do Homem com a natureza, construída ao longo da história das civilizações, produziu distorções, gerando desequilíbrios socio-ambientais; e que há uma inter-relação entre os problemas sociais da atualidade nas questões ambientais.

Embora haja vários conceitos de Meio Ambiente, serão destacados apenas o de Gutman (1988) e o de Reigota (1995) por serem pertinentes quanto à interação Sociedade/ Natureza. Para Reigota (1994), o meio ambiente é o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Tais relações implicam necessariamente os processos de criação cultural, tecnológica, históricos e sociais de transformação do meio natural e do construído. Já o de Gutman (1988), define como sendo o conjunto de componentes naturais, sociais e as suas interações em um espaço e um tempo determinados, associados à dinâmica das interações Sociedade/Natureza e suas conseqüências em relação ao espaço em que o homem habita e do qual é parte integrante.

Uma análise dessas definições mostra que o Meio Ambiente, deve reunir e integrar os aspectos políticos, econômicos, culturais, filosóficos e tecnológicos e só pode ser estudado na visão da interdisciplinaridade.

Segundo Fazenda (1996), a real interdisciplinaridade é antes uma questão de atitude. Supõe uma postura única diante dos fatos a serem analisados, não significando

que se pretenda impor, desprezando suas particularidades. O estudo etnofarmacológico de plantas medicinais se circunscreve nessa visão, visto que leva em consideração as informações coletadas dentro de uma determinada população, respeitando a culturalidade. Dessa forma, implica considerar os conhecimentos das populações envolvidas, tendo em vista a especificidade do contexto cultural em que são produzidos.

Neste enfoque, e em acordo com Viertler (1999), a cultura só pode ser entendida ao considerar os referenciais mentais que conferem sentido ao comportamento social dos indivíduos vivendo em determinados arranjos societários que se associam a manifestações espirituais e materiais, oferecendo-nos um panorama de estilos ou modos de vida, valores e aspirações das mais diversas.

Os aspectos aqui pontuados norteiam algumas reflexões e promovem discussão sobre conceitos referentes ao desenvolvimento e desenvolvimento sustentável.

1.1 Do Conceito de Desenvolvimento ao “Desenvolvimento Sustentável”

As discussões entre as nações deverá situar-se no plano pragmático de permanente paz, justiça social, melhoria na qualidade de vida ou em questões religiosas, filosóficas e ideológicas ?

O significado do termo "desenvolvimento", expresso nos dicionários, dentre outros é: ampliação, progresso, crescimento. Para Khan (1988), qualquer discussão séria sobre desenvolvimento deve necessariamente incluir “a evolução histórica através da qual caminharam as nações até chegarem no presente estágio”. De acordo com Gomes; Souza; Magalhães (1995), o conceito é símbolo de hegemonia, pois consiste em um processo pelo qual um organismo, uma pessoa humana ou sistema social materializa suas capacidades potenciais, atingindo níveis superiores e mais desejáveis de realização e organização. Teoricamente, atribui-se a esse conceito uma dimensão de “valor”. Assim, passa a ser um conceito humano, pois induz a necessidade de "domínio" e estratégias, visando à satisfação das aspirações pelas civilizações ao longo do processo histórico.

O relato de Khan (1988) expõe a complexidade do conceito de "desenvolvimento", e ao lembrar vários termos, como: "centro," "periferia,"

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

"desenvolvidos e "não desenvolvidos"; sugere redefinir o conceito de desenvolvimento, concluindo que é um processo de transformação que tem lugar numa sociedade quando as condições circundantes, de natureza social, política, econômica e cultural, são favoráveis a tal transformação. A complexidade desse conceito tem se refletido nos modelos de desenvolvimento adotados, pois, para atingir o desenvolvimento, as nações reforçaram a necessidade de "mais crescimento econômico" de modo que a exclusão, a miséria, a fome, a violência e a deterioração ambiental foram marcantes no modelo civilizatório. O desenvolvimento adotado na maioria dos países caracteriza-se como "predatório, "politicamente injusto" e "socialmente perverso" (BRASIL, 1991). A polissemia do conceito de desenvolvimento resultou na própria polissemia do termo "desenvolvimento sustentável".

Embora desde a década de 60, começassem as discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente, tais discussões ganharam intensidade em 1972, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio ambiente (Estocolmo), conforme a publicação "Limites do Crescimento". Nela, afirmava-se que o limite do desenvolvimento do planeta seria atingido dentro dos próximos 100 anos, quando se mantivessem os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos, exploração dos recursos naturais, ocasionando, conseqüentemente, uma diminuição da capacidade industrial e da população mundial (MEADOWS et al., 1972). A questão foi a seguinte: os países do norte-"centrais" estavam preocupados com os problemas ambientais vinculados à poluição industrial e à conservação dos recursos naturais, enquanto os países do sul " periféricos" reivindicavam direitos aos seus recursos naturais para alcançar o desenvolvimento econômico. Nessa conferência, o Brasil defendeu o desenvolvimento a qualquer custo, pois empenhava-se em fundamentar uma política desenvolvimentista. Conforme Bressan (1996), nesse momento lançaram-se as bases de legislação internacional de meio ambiente, que propôs um processo de desenvolvimento, considerando o uso adequado dos recursos naturais e aplicação de tecnologias e formas de organização que respeitem os ecossistemas naturais e os padrões socioculturais".

A palavra ecodesenvolvimento foi usada pela primeira vez por Maurício Strong. O conceito de "ecodesenvolvimento", em 1973, consistia na definição de um

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

estilo de desenvolvimento inicialmente adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo, cujos princípios foram formulados por Igancy Sachs, a partir de estratégias que valorizassem os conhecimentos das comunidades locais para produzir uma gestão mais ecológica dos recursos. As soluções endógenas são pluralistas porque se apoiavam nas situações concretas de cada região. Há que se respeitar as necessidades socioeconômicas ambientais globais, nacionais, locais, e isto implica transformações institucionais.

Como ressalta Sachs (1986), tais transformações devem começar, principalmente, pela distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais. Esclarece também que os problemas internacionais como o cuidado com o ambiente global, a valorização dos recursos coletivos internacionais considerados patrimônio comum da humanidade, os impactos nos países "pobres" das políticas postas em prática pelos países ricos, a criação de uma ordem internacional devem ser suscetíveis de ajudar uns e outros a redefinir os estilos de vida. O autor ainda chama atenção sobre as características marcantes do ecodesenvolvimento, dentre as quais serão destacadas: em cada ecorregião, o esforço deve se concentrar na valorização de seus recursos específicos, para atingir as necessidades fundamentais da população: alimentação, habitação, saúde e educação. Sendo o homem o recurso mais precioso, o ecodesenvolvimento deverá contribuir para a sua realização: emprego, segurança, qualidade das relações humanas com respeito à diversidade de culturas. A identificação, exploração e gestão dos recursos naturais devem ser feitos numa perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras e por fim, aborda que uma educação preparatória é complemento necessário das estruturas participativas de planejamento e de gestão (SACHS, 1986). Assim, os caminhos do desenvolvimento seriam os seguintes: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente; programas de educação e elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas (CAVALCANTI, 1995).

Concluindo, o ecodesenvolvimento seria um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que os culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. “Em termos operacionais, o “ecodesenvolvimento” constitui em uma diretiva de ação, cujo valor só pode julgado à

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

luz da prática " (SACHS,1986).

Layrargues (1997), dirigiu sua crítica ao modelo tradicional ao acirramento das injustiças sociais e o esfacelamento cultural nativo. O autor acredita que a integração das culturas é o fundamento, dimensão e finalidade do desenvolvimento endógeno. Mas a endogeneneização não se caracteriza em desconsiderar os fatores exógenos, mas por respeitar que, particularmente os países do sul, criem expectativas que assegurem a sobrevivência da originalidade sem a necessidade de submeter-se aos parâmetros éticos e estéticos do "centro", adaptando-se à realidade e transformando-se, sem perder a configuração original.

Os pontos críticos para ação/reflexão são fundamentados no padrão de consumo que implica distribuição e introdução de valores sociais incorporados ao estilo de desenvolvimento; regime sociopolítico; tecnologias empregadas com relação ao meio ambiente; padrão de utilização de recursos naturais; padrão de ocupação do espaço; tamanho e ritmo de crescimento e distribuição da população. Mais tarde esses pontos críticos foram abordados em cinco dimensões de ecodesenvolvimento: a sustentabilidade econômica, cultural, social, ecológica, espacial, cultural (SACHS, 1993).

Apesar das divergências e da complexidade das questões em debate, pode-se dizer que a Conferência de Estocolmo representou um marco fundamental na relação do binômio desenvolvimento / meio ambiente. E a expressão ecodesenvolvimento abriu espaço ao conceito de "desenvolvimento sustentável".

A expressão "desenvolvimento sustentável" apresenta uma aglutinação de palavras contraditórias, sendo expressões ambíguas que suscitam entendimentos diversos. A palavra "desenvolvimento" evoca idéias de crescimento econômico, mudança do padrão de vida, progresso, enquanto sustentável significa aquilo que pode se manter, suportar. Até porque a questão ambiental pode ser compreendida como a contradição fundamental que se estabeleceu entre os modelos de desenvolvimento adotados pelo homem e a sustentação desse tipo de desenvolvimento pelos ecossistemas.

Em 1987, a CMMAD (Comissão Mundial Para o Meio Ambiente e Desenvolvimento) produziu um relatório conhecido como Relatório de Brundtland ou "Nosso Futuro Comum". As propostas e análises discutiam a busca do

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

"desenvolvimento sustentável, através de uma " nova ordem econômica internacional". Conceitualmente pode-se dizer que desenvolvimento sustentável é aquele que perdura. Nos termos do Relatório, "desenvolvimento sustentável "é: "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. O Relatório de Brundtland colocou em pauta as principais causas da deterioração ambiental em três setores: primeiro, no uso de tecnologias poluidoras, segundo, no aumento demográfico e por último, na intensificação e expansão da miséria. E como propostas apresenta as seguintes soluções para se atingir o desenvolvimento sustentável: a reorientação tecnológica e institucionalização de meios de fiscalização internacionais, o controle populacional para o Terceiro Mundo e políticas de ajustes e de ajuda financeira dos países ricos aos pobres.

Conforme Layragues (1997), o ecodesenvolvimento está baseado na prudência ecológica, na justiça social e na eficiência econômica e acredita na promoção de alternativas para o desenvolvimento endógeno a partir das experiências da própria comunidade, o qual difere do conceito de desenvolvimento sustentável. Este reveste-se da "roupagem" do capitalismo que incorporou o componente ambiental e preocupa-se como solucionar a pobreza para garantir um estilo de desenvolvimento em crise.

Para Lemos (1996, p. 14), o "desenvolvimento sustentável" se fundamenta:

No uso racional e eficaz dos recursos naturais (aproveitamento máximo, desperdícios e impacto ambientais mínimos) e será necessário valorizar as diferenças locais e regionais, para utilizar de forma inteligente suas vantagens competitivas para a produção de bens e serviços, não sendo necessária a transferência mecânica de experiências que tiveram êxitos em locais com condições ambientais, econômicas, sociais, e culturais diferentes .

Este conceito refere-se aos sistemas de exploração racional dos recursos, preservando o equilíbrio ecológico, minimizando os danos ao meio ambiente, enfatizando a necessidade do desenvolvimento endógeno.

Entretanto, para Sato; Santos (1996), a idéia de desenvolvimento sustentável deve ampliar a discussão consistente na igualdade e justiça global entre os diferentes segmentos sociais de um mesmo país ou em diferentes países.

Conforme Ribeiro (1992), o desenvolvimento sustentável exige uma noção de

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

totalidade centralizada na relação homem/ natureza e na construção de uma visão holística da realidade, tendo como requisito básico a manutenção do planejamento racional adequado às novas tecnologias e contratos sociais.

Schmidheiny (1992,p.14), Presidente do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, afirma :

A pedra angular do desenvolvimento sustentável é um sistema de mercados abertos e competitivos em que os preços são fixados de modo a refletir os custos dos recursos ambientais e outros.

A legitimação deste termo em foros, documentos e discussões descaracteriza a essência da definição do "desenvolvimento sustentável".

A expressão "desenvolvimento sustentável" emergiu a partir de compromissos políticos entre os países do norte-Centrais e os países do "leste" e do sul-periféricos, expressando princípios norteadores baseados em uma plataforma consensual de desígnios, mas apresenta sérias questões de natureza teórico-operacional, implicando novas "normas" e "valores" internalizados por diversos atores no processo. Deve-se assim, reconhecer a relevância tanto da sociodiversidade quanto a da biodiversidade.

Apesar de diferentes interpretações e posições quanto ao conceito de "desenvolvimento sustentável, a "sustentabilidade" está presente como referencial para mudanças. A expressão "sustentabilidade" tem sua origem na Ecologia, e diz respeito à tendência dos ecossistemas a funcionarem na base da interdependência e da complementariedade, reciclando materiais e energias. Os ecossistemas são tanto mais estáveis quanto mais diversos e complexos (ODUM, 1985).

Houve uma apropriação do termo "sustentabilidade" para justificar e implementar um novo modelo civilizatório.

Rhode apud Cavalcanti (1995,p.129), esclarece que:

Mesmo dentro da estreita visão economicista atual, vários fatores mostram que a civilização contemporânea caminha para uma sobrevivência insustentável a médio e longo prazo, dentre estes: o crescimento populacional humano exponencial; a depleção de base de recursos naturais; a utilização de tecnologia poluentes e de baixa eficácia energética; a expansão ilimitada do consumismo material.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

Nesses parâmetros iniciais aparece latente e com gravidade maior a modificação de ciclos biogeoquímicos fundamentais e a destruição dos sistemas de sustentação da vida, isto é, da “sustentabilidade”.

O Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano de 1992 coloca aspectos teleológicos e éticos quanto ao conceito de desenvolvimento que é pertinente à reflexão. Esclarece que as discussões sobre o desenvolvimento não pode se fixar aos meios (crescimento do PNB), mas sim se estende aos fins, isto é, o desenvolvimento humano envolve tanto a possibilidade de engendrar o crescimento econômico quanto a repartição desse crescimento; tanto a satisfação das necessidades fundamentais dos indivíduos quanto todo o espectro das aspirações humanas. Para o desenvolvimento humano, os dilemas que existem no Norte têm tanta importância quanto à miséria que grassa no Sul (PNUD, 1996).

A sociedade encontra-se numa “crise de percepção”, em que os valores e os conceitos são aplicados numa “visão de mundo” obsoleta. Vive-se numa realidade cada vez mais globalizada, na qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais e ambientais são todos interdependentes. Conforme Capra (1982), a mudança de paradigma na assistência a saúde envolverá a formulação de novos modelos conceituais, a criação de novas instituições e a implementação de uma nova política. Dessa forma, o estudo científico das plantas medicinais numa abordagem multidisciplinar deve valorizar o estoque de conhecimentos ao longo do tempo, considerando as populações nativas, as variedades de espécies e os sistemas de manejo, correspondendo a uma visão “holística” do conceito de saúde e na perspectiva ecológica de mudanças. Além disso, Candeas (1999, p.162) afirma:

Tem-se falado no advento da “civilização do conhecimento”, da idade da informação, da sociedade de comunicação e da preeminência do setor terciário superior”, isto é, há transição da civilização da produção material para a civilização do conhecimento “[...], enfatiza a produção do saber e de competências técnicas e científicas, a criatividade e a inovação.

Observa-se que a crise socioeconômica e ambiental é decorrente de um modelo “antropocêntrico”, “cartesiano-newtoniano”, “mecanicista”, adotado desde o século XVIII e que perdura até hoje na sociedade contemporânea (CAVALCANTE, 1998).

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

A questão é há duas crises que estão intimamente associadas: de um lado, a crise dos paradigmas das "ciências", decorrente de profundas alterações velozes pela sociedade industrial- capitalista; de outro, a crise das relações entre as formas de organização social da produção e do consumo e nas relações Homem/Natureza. Tais crises são indissociáveis, porque o relacionamento do homem com a natureza é sincronicamente o relacionamento entre os homens que traduz o modo de "viver e pensar" dos homens.

A realidade exige uma nova postura diante desses problemas. Ao invés de teóricos necessita-se de pensadores. Em lugar de acréscimo de paradigmas, o conhecimento exige aventuras para romper o já estabelecido.

O reconhecimento desse processo fez com que a temática ambiental fosse paulatinamente introduzida na agenda política internacional (ALBAGLI,1998).

No Brasil, no estado do Rio de Janeiro, em 1992, representante de mais de 178 países estiveram presentes na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) que se denominou Eco-92, e, após diversas negociações, aprovaram-se os seguintes documentos oficiais: Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; Convenção sobre Mudanças Climáticas; Declaração de Princípios sobre Florestas; Convenção sobre Biodiversidade e Agenda 21 considerada como um dos resultados mais importantes, com o propósito de se atingir a sustentabilidade.

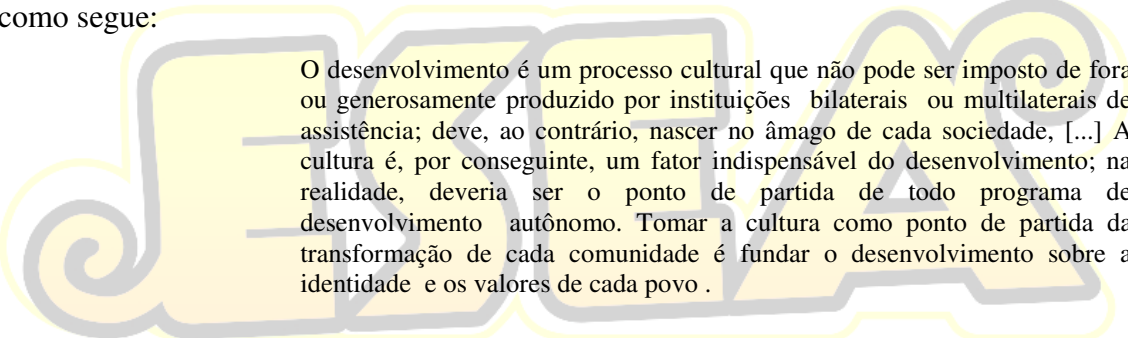
Para Sachs (1993), a sustentabilidade cultural é identificada como um dos principais pressupostos do desenvolvimento sustentável. Ela implica pesquisa das raízes endógenas dos modelos de modernização e os processos que buscam mudança na continuidade cultural e tradução dos conceitos normativos de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções específicas para cada ecossistema, cada cultura e cada situação (SACHS, 1992). Conforme esse autor, qualquer abordagem que trate de desenvolvimento deveria levar ainda em consideração os estudos etnoecológicos, uma vez que o conhecimento do meio ambiente adquirido ao longo dos séculos pelas populações autóctones constitui um ponto de partida interessante. Ao se desconsiderar a diversidade cultural, ignoram-se as possibilidades múltiplas no momento de se definirem novas estratégias de desenvolvimento (Bergamasso; Antuniassi, 1988), pois, quando as comunidades locais não são envolvidas no processo, torna-se difícil, se não

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

impossível e mais oneroso para os planejadores e tomadores de decisão, identificar e entender os valores ecológico, social, cultural, econômico e espiritual dos vários componentes do meio ambiente (SALLENAVE, 1994).

No povoado de Curitiba, o atendimento à saúde é feito no município de Canindé do São Francisco – Se, no posto de saúde local ou no hospital, ambos administrados pela prefeitura. Há agentes de saúde que realizam visitas periódicas e prestam serviços de saúde pública, indicando, inclusive plantas medicinais da caatinga.

Neste povoado, a maior diversidade das plantas medicinais é utilizada em rituais de cultos religiosos. As informações obtidas sobre o conhecimento, formas de utilização e preparo foram obtidas por três “benzedeiros”, sendo dois homens e uma mulher. Assim, entende-se que a chave para a conservação da biodiversidade encontra-se no desenvolvimento endógeno como privilegia o Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Cúellar, apud COSTA NETO 1995, p.63) especificado como segue:



O desenvolvimento é um processo cultural que não pode ser imposto de fora ou generosamente produzido por instituições bilaterais ou multilaterais de assistência; deve, ao contrário, nascer no âmago de cada sociedade, [...] A cultura é, por conseguinte, um fator indispensável do desenvolvimento; na realidade, deveria ser o ponto de partida de todo programa de desenvolvimento autônomo. Tomar a cultura como ponto de partida da transformação de cada comunidade é fundar o desenvolvimento sobre a identidade e os valores de cada povo.

Dessa forma, para se atingir tal desenvolvimento, o conceito de saúde precisa contemplar outras dimensões da vida humana, inclusive, as interações com um ambiente protegido e não apenas dominado pelas relações econômicas; pressupondo-se em "uma nova ética que implica compromisso com a democracia e significando um novo modelo de relação entre os indivíduos e, destes, com o Estado, além de outra ordem internacional" (RODRIGUEZ, 1991, p.5).

Referências Bibliográficas

ACOT, Pascoal. **História da ecologia**. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Campus, 1990.212p.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

ALBAGLI, Sarita. **Geopolítica da biodiversidade**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1998.273p.

BRASIL. CIMA. **O desafio do desenvolvimento sustentável**: Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. Brasília: Secretaria da Imprensa da Presidência Da República, CIMA 1991. 204p.

BRESSAN, Delmar. **Gestão Racional da Natureza**. São Paulo: Hucitec, 1996.80p.

BRASIL. **Fundo Mundial para a Natureza**. Ministério do Meio Ambiente. WORD RESOURCES INSTITUTE THE WORLD SERVATION UNION, UNITED

CANDEAS, Alessandro Warley. Em busca da Humanização do Crescimento Econômico. In: BASTOS FILHO, Jenner B; AMORIM, Nádia F. M. de; LAGES, Vinicius Nobre (Orgs.). **Cultura e Desenvolvimento**: a sustentabilidade cultural em questão. Maceió: PRODEMA: UFAL, 1999, 193 p.

CAPRA, Frijot. **O ponto de mutação**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1982. 447p.

CAVALCANTE, Enoque Gomes. **Sustentabilidade do desenvolvimento**: fundamentos teóricos e metodológicos do novo paradigma. Recife: Universitária da UFPE, 1998. 150p.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Sustentabilidade da economia; paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez: Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. Cap.9, p.153-174.

CÚELLAR, J, P.de (Org). Nossa diversidade criadora: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e desenvolvimento. In: COSTA NETO, Eraldo Medeiros. **Etnoecologia, desenvolvimento e sustentabilidade no litoral norte baiano**: um estudo de caso entre pescadores do município de Conde. Maceió, 1998. 170f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Núcleo de Pós Graduação – Universidade Federal de Alagoas.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

DESCARTES, René. **Discours de la Méthode**. Paris: Garnier- Flammarion, 1966.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro, efetividade ou ideologia**. São Paulo: Loyola, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1990.148p.

GUTMAN, Pablo. **Desarrollo rural e Medio Ambiente en América Latina**. Buenos Aires: Centro Editor da América latina, 1988.130p.

KEITH ,Thomas. **O homem e o mundo Natural**. São Paulo: Companhia da Letras, 21-109p., 1988.

KHAN, Mahammad Mahablat, In: CAIDEN Gerald (Org). **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul. EDUCS, 1988. 680 p .

LAINETTI, Ricardo.; BRITO, Nei R. S. de. **A cura pelas ervas e plantas medicinais**. Rio de Janeiro: Ediouro Tecnoprint, p.15-35, 1979.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. **Proposta**, n.71, p.5-10, dez.-fev. 1997.

LEMOES, Haroldo Matos de. **Desenvolvimento sustentável**. Brasília; IBAMA, 1996. 36p. (Série meio ambiente em debate, 3).

MEADOWS, D. H. *et al.*, In: LEIS, Ricardo Héctor. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1998. 261p.

MMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Subsídios à Elaboração da Agenda 21 Brasileira: agricultura sustentável**. Brasília: IBAMA, 1998. 198p.

ODUM, Eugene. Pleasants. **Ecologia**. Tradução de Christopher J. B. Tribber. Rio de Janeiro: Interamericana, 1985. 273p.

ONU. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, 1992. **Agenda 21**. Resumo.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

PNUD / IPEA. **Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA; Brasília . 1996.

REIGOTA, Marcos. **Meio Ambiente e Representação Social.** São Paulo: Cortez, 1995,p.1-40p.

RIBEIRO, G, L. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado:** nova ideologia utopia de desenvolvimento., n .123, UNB. 1992. (Série Antropologia).

RODRIGUEZ, R, H. La etica del desarrollo. Texto apresentado na reunião da Pré-Conferência sobre Saúde e Ambiente/ Rio - 92. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, mimeo, 1991. In: ASSAD, J. E. (Org.) **Desafios éticos:** Conselho Federal de Medicina, mimeo, 1993.

ROHDE, M,G. Mudanças de paradigma e desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTE, Clóvis (Org.) **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995,p.158-307.

SACHS, Ignacy. Que futuro espera a Amazônia? **O Correio da UNESCO**, ano 20, n.1,1992. [n.p.] , p.181-196.

____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, p.1-50, 1986.

____. Estratégias de transição para o Século XXI. In: BURSTYN, M (Org .) **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável.** SãoPaulo: Brasiliense, 1993. 161p.

SATO, M.; SANTOS, J,E. **Agenda 21 em Sinopse.** Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos naturais. São Carlos, São Paulo: Ed. UFSC, p.41, 1996.

VIERTLER, Renate Brigitte. A idéia de “sustentabilidade cultural”: algumas considerações críticas a partir da antropologia. In: BASTOS FILHO, Jenner B.; AMORIM, Nádia, F. M. de; LAGES, Vinícius Nobre. (Orgs). **Cultura e desenvolvimento:** a sustentabilidade cultural em questão. Maceió: PRODEMA: UFAL, 1999. 193 p.

3ª Encontro Sergipano de Educação Ambiental
Ensino, pesquisa e extensão Universitária
22 a 26 de novembro de 2011

